



DECLARAÇÃO – 22 de MARÇO - DIA MUNDIAL DA ÁGUA

Assegurar o direito à água e ao saneamento reforçar os serviços públicos, combater a crise

O tema do Dia Mundial da Água 2021 é valorizar a água. O valor da água é muitíssimo mais que um preço: a água tem um enorme e complexo valor para o uso doméstico, alimentos, cultura, saúde, educação, economia e a integridade do nosso ambiente natural. Se negligenciarmos algum destes valores, arriscamos a uma gestão danosa deste recurso finito e insubstituível. O Objectivo 6 do Desenvolvimento Sustentável é assegurar água e saneamento para todos. Sem uma compreensão abrangente do verdadeiro valor multidimensional da água, seremos incapazes de salvaguardar este recurso crítico para benefício de todos
(<https://www.worldwaterday.org/>)

A água não pode ser objecto de negócio, que só vê preços. É preciso uma gestão pública robusta e competente, agir na preservação e protecção de todos os valores da água, assegurar o direito à água e saneamento para todos, valorizar o serviço público, os trabalhadores do sector e reforçar o investimento público para combater a crise e cuidar do futuro.

Pouco mais de um ano decorrido desde o início da pandemia de Covid-19, prontamente aproveitada por aqueles que não desperdiçam uma oportunidade para explorar os seus semelhantes, as suas brutais consequências não só estão longe de estar resolvidas, como todas as desigualdades, de acesso aos serviços públicos, de rendimentos, de igualdade de género, entre outras, se agravaram. A chegada de vacinas abriu esperanças, mas o seu controlo pelas multinacionais farmacêuticas, com a cumplicidade da maioria dos Governos, como acontece na União Europeia, transformou o direito à saúde num negócio altamente lucrativo.

A verdade é que, com ou sem pandemia, o grande capital procura mercantilizar tudo o que consegue, incluindo a própria vida. A chegada da água da Califórnia em Dezembro do ano passado, à Bolsa de valores de Nova Iorque como um activo financeiro gerador de dinheiro fácil e especulativo, é mais um passo nesse sentido.

Conforme denunciou Pedro Arrojo, actual relator especial dos direitos humanos à água e ao saneamento das Nações Unidas, esta é uma péssima notícia. O que se trata é de usar a escassez de água e o risco da sua gestão como uma oportunidade de negócio. A variação do preço da água,

em função da pressão causada, nomeadamente, pelas alterações climáticas e pelos incêndios, origina ganhos ou perdas decorrentes do leilão de compra e venda de contratos de transacção futura. A chave do negócio é comprar barato e vender caro e encher os bolsos com mais-valias meramente especulativas. Nesta economia de casino, o acesso à água não se faz por via de um preço socialmente justo, mas antes por um preço que garante o lucro desejado pelo especulador.

Este é um caminho profundamente perigoso, tendo em conta as alterações climáticas e a redução da disponibilidade de água e o facto, mais do que comprovado, de que a mercantilização e a privatização agudizam, não resolvem os problemas, e não garantem o direito humano fundamental à água e ao saneamento, que assume hoje ainda maior importância na medida em que uma das principais medidas de combate à Covid-19 é a lavagem regular das mãos.

Aliás, como a pandemia evidenciou, a resposta global à crise sanitária assentou na centralidade e na capacidade de resposta dos serviços públicos, desde logo da saúde, mas também do abastecimento de água e saneamento, igualmente fundamental à saúde humana, que apesar das dificuldades e carências que resultam de anos de falta de investimento e de políticas neoliberais que os têm fragilizado, foram cruciais na resposta às populações. Ressaltando o papel insubstituível das autarquias na garantia do acesso à água e ao saneamento em condições de segurança e qualidade, destacamos o empenho e entrega dos trabalhadores dos serviços de água que souberam estar à altura dos desafios colocados.

Valorizando o papel das autarquias, consideramos positiva a aprovação, pelo Orçamento do Estado para 2021, a partir de uma proposta do PCP, do fim dos poderes de tutela da ERSAR sobre as autarquias e os serviços com gestão pública municipal e intermunicipal na fixação dos preços da água, saneamento e resíduos, repondo dessa forma a autonomia local dos municípios numa matéria decisiva.

Valorizando o papel dos trabalhadores, é igualmente relevante a implementação do Suplemento de Penosidade e Insalubridade, abrangendo os trabalhadores da água e saneamento, ainda que muito aquém da reivindicação do STAL e dos trabalhadores.

Em sentido negativo, registam-se as pressões do Governo, que condenamos, para forçar a agregação dos serviços municipais de água «em baixa», seja integrando empresas controladas pela Águas de Portugal, como é o caso da Águas do Alto Minho, seja mediante a criação de empresas intermunicipais, abrindo caminho a uma gestão mercantil da água, reduzindo o controlo democrático municipal e fragilizando os direitos laborais, de forma agravada no primeiro caso. No segundo, os problemas que se registam nomeadamente nas empresas municipais, Ambiente do Pinhal Interior (APIN) e Águas do Baixo Mondego e Gândara adensam receios e preocupações com a empresarialização dos serviços municipais.

Por sua vez, as concessionárias privadas, todas elas controladas actualmente por capital estrangeiro, após a compra da Aquapor pelo grupo francês Saur, continuam, como é da sua natureza e fim, mais preocupadas com a maximização dos lucros dos accionistas que servem, do que com os interesses e direitos das populações e dos trabalhadores. Recordando que os municípios que têm água privatizada são os que têm os preços mais caros no país, o que se verifica

nestes concelhos é que a factura continua a subir, a coberto de contratos ruinosos e lesivos para os municípios e as populações que enfrentam hoje acrescidas dificuldades.

Relembrando que o primeiro concelho a reverter a privatização da água foi Mafra, e que foi este município e pela mão da mesma força política (PSD), que inaugurou o processo de privatização da água em Portugal, saudamos a decisão da C.M. de Paredes de avançar com a remunicipalização da água, bem como a do município de Santo Tirso. Estes casos, como muitos outros, não só desmentem a apregoada superioridade da gestão privada, como confirmam a verdadeira natureza da privatização: os privados embolsam chorudos lucros, os municípios e as populações pagam a factura. Além disso, deixam claro que, para evitar os enormes riscos da privatização e o pagamento de indemnizações milionárias, estes serviços essenciais devem manter-se em mãos públicas. É igualmente fundamental assegurar que a futura gestão pública municipal se traduza numa oportunidade para construir serviços públicos de qualidade ao serviço das populações e dos trabalhadores, cujos direitos têm de ser respeitados.

Prosseguindo o combate pela gestão pública, apelamos nomeadamente ao município de Fafe, cujo contrato com a Indáqua termina no final deste ano, para que concretize o regresso da água às mãos do município, sendo que pela nossa parte, tudo faremos nesse sentido, mobilizando os trabalhadores e populações, conscientes de que os interesses privados não só promovem a privatização, travada pela luta, como procuram impedir a recuperação dos serviços públicos.

Sendo urgente garantir a fruição universal dos direitos à água - direito humano à água e ao saneamento; direito à água como ambiente; direito à água como meio de produção, e afirmar um serviço público de abastecimento de água e saneamento, cuja disponibilidade é fundamental à vida e à saúde humanas, bem como a necessidade da sua gestão pública, o que se exige é uma política que reforce e garanta os investimentos públicos necessários para atingir esses objectivos. Porém, e num quadro em que os serviços de águas foram chamados a fazer um tremendo esforço para responder às populações, com custos significativos, e que em muitos casos levarão muito tempo a recuperar, o que se constata, designadamente no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), é que os valores previstos para a Gestão Hídrica correspondem a menos de 2,7% do volume total de investimento previsto no PRR, o que é claramente insuficiente, a par de opções erradas que não resolvem os problemas do sector e não cuidam do futuro.

Paredes, 22 de Março de 2021

STAL / Associação Água Pública